

TORTURA E VIOLÊNCIA POR MOTIVOS POLÍTICOS NO REGIME MILITAR NO BRASIL.

Adriana Cristina Borges (Ciências Sociais / Universidade Estadual de Londrina)¹

Prof. Dr. Luiz Antônio Cabello Norder (Universidade Estadual de Londrina)²

Palavras - chave: Ditadura, violência e direitos humanos.

1 INTRODUÇÃO

O período militar ocorreu no Brasil no período de 1964 a 1984. O golpe dá aos militares um imenso poder. Nesta época, houve por um lado, a manifestação formal do regime militar nos Direitos Humanos, e por outro lado, inúmeras práticas foram adotadas com violência e tortura contra as pessoas que se mostravam detentoras de uma conduta negativa em relação ao regime.

Em nome da “segurança nacional” e do combate à “subversão comunista”, milhares de pessoas foram torturadas e mortas. Muitas delas desapareceram sem deixar rastros e notícias. Os militares utilizaram muitos meios para que esta repressão militar atingisse o seu objetivo.

A crise que levou ao golpe de 64 começa com a renúncia do presidente Jânio Quadros em julho de 1961, após sete meses de governo. Devido a sua política, que se mostrava de esquerda para os políticos que eram contra o Comunismo, Jânio perdeu o apoio político que precisava para se manter no governo.

A sua política externa foi um exemplo. Defendeu com vigor o direito de autodeterminação de Cuba, no momento exato em que os Estados Unidos precisavam de aliados – principalmente do Brasil – para liquidar o regime cubano. Usou e abusou do discurso de independência, conquistando o respeito pela soberania da sua política externa. [...] Não ficou só nas palavras: reatou relações diplomáticas com os países do leste europeu; mandou representantes às conferências de Cairo e Belgrado, defendendo

¹ Graduanda do curso de Ciências Sociais.

² Professor do Centro de Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais.

posições hostis aos Estados Unidos: e, talvez o mais importante, apoiou o ingresso da China Popular na ONU (Organização das Nações Unidas). Com o presidente Frondizi, da Argentina, tentou formar uma frente para resistir à ingerência dos Estados Unidos na política dos países sul-americanos. Recusou as pressões de enviados do governo norte americano (Adolf Berle e Moors Cabot) para ‘amenizar’ sua política externa. Convidou o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (na época, uma espécie de ‘demônio’ para a direita), para integrar a missão brasileira na conferência de Punta Del Este. Defendeu a libertação dos povos africanos, opondo-se a política imperialista de Portugal, apoiada pelos Estados Unidos. Finalmente, Condecorou o astronauta soviético Iúri Gagárin e, culminando, fez o mesmo com Che Guevara, o símbolo da Revolução Cubana (CHIAVENATO, 1997, p. 10).

Seu vice João Goulart assumiu a presidência depois de muitos conflitos, pois também não era visto com bons olhos pelos mesmos que forçaram Jânio Quadros à renúncia. As reformas que João Goulart trouxe ao seu governo assustaram as elites. Em março de 1964, depois de rebeliões, da perda da sustentação popular e da perda do apoio dos políticos, militares e políticos de direita se unem e derrubam o governo de João Goulart, e instauram uma ditadura militar que cuidou rapidamente de desprezar os políticos e as instituições. O regime militar degenerou-se em um sistema repressivo, que cuidou de levar a violência para todos os segmentos considerados de oposição.

2 O FORTE APOIO AMERICANO

É importante lembrar a tensão internacional desta época. No cenário político internacional acontecia a Guerra Fria. Estados Unidos da América versus URSS, ou “mundo livre” versus comunismo. Os Estados Unidos na intenção de conter o comunismo na América Latina, afirmava que a democracia era incapaz de evitar a eclosão deste tipo de regime. Este foi o alibi usado para justificar os golpes militares.

A influência norte-americana no golpe militar do Brasil foi determinante. No fim do governo de João Goulart:

Havia a pressão dos sindicatos pelas reformas de base, a das ligas Agrárias comandadas por Francisco Julião pela reforma agrária e a de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar os ganhos das

empresas multinacionais instaladas no país, em especial a Volkswagen (COGGIOLA, 2001, p. 13).

Estas crises eram desfavoráveis para a atuação econômica dos Estados Unidos dentro do Brasil. Sendo assim, fica visível o porquê da sua intervenção política no país durante o período de preparação para o golpe, e na sua manutenção. Em 31 de março de 1964 foi aprovada uma operação sigilosa intitulada de Brother Sam. Esta operação consistia em dar apoio logístico, material e militar aos precursores do golpe. Este apoio contemplava o envio para o Brasil de porta-aviões de ataque pesado, transportando armas, munições e outros recursos. Como a retirada de João Goulart da presidência brasileira não necessitou destes recursos, a operação Brother Sam foi cancelada antes mesmo de começar.

3 OS SUBVERSIVOS

Após a tomada do golpe, o governo passou a considerar como “inimigo interno” todos os que discordavam do regime. Quando presas estas pessoas eram denominadas oficialmente de presos políticos. A violência atingiu a homens e mulheres, muitas delas grávidas, e também crianças. O que diferenciava era a forma de tortura, pois as mulheres sofriam estupro e eram submetidas a realizar as fantasias sexuais dos torturadores.

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente a idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentavam sobre relações efetivas de parentesco. Assim crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos (ARNS, 1987, p. 43).

4 ÓRGÃOS DE REPRESSÃO POLÍTICA

Para garantir e controlar a sociedade dentro das regras do regime, o governo criou um espetacular sistema de repressão que se baseava em divisões de tarefas. Uns coletavam, outros analisavam, outros reprimiam e etc. Para isso, a ditadura contava com os órgãos de repressão que consideravam cada cidadão um suspeito. No fim da década de 60, o Brasil iniciou o período mais violento do regime militar:

Sob o lema de ‘Segurança e Desenvolvimento’, Médici dá início, em 30 de outubro de 1969, ao governo que representará o período mais absoluto de repressão, violência e supressão das liberdades civis de nossa história republicana. Desenvolve-se um aparato de ‘órgãos de segurança’, com características de poder autônomo, que levará aos cárceres políticos milhares de cidadãos, transformando a tortura e o assassinato numa rotina (ARNS, 1987, p. 63).

Um destes órgãos era o Dops (Departamento de Ordem Política e Social), que tinha como atribuição torturar e interrogar. Outro órgão que foi criado fora da lei em 1969 é a Oban (Operação Bandeirante), composta de várias autoridades do governo, e que recebia verbas de grandes empresas. Alguns exemplos são: Ford, General Motors, Ultragás, entre outras. Após sua legalização, se transformou em DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operação e Defesa Interna). Fundado em janeiro de 1970, o DOI-CODI se transformou em uma máquina de repressão e tortura, que não agiu somente no Brasil. De acordo com Vieira (1991, p. 217) o DOI-CODI “se infiltrou também na Bolívia, no Chile, Uruguai e na própria Argentina”.

Essa forma de repressão não começa somente no governo, tem suas raízes mais profundas:

A origem dessa política pode estar no encontro entre oficiais da FEB (Força Expedicionária Brasileira) e dos Estados Unidos, na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. Ali os brasileiros extasiaram-se diante da eficiência do Exército norte-americano, que os supriu e orientou. Depois da guerra, os oficiais mais promissores receberam convites para frequentar escolas especiais nos Estados Unidos, onde assimilaram “idéias modernas”, mais condizentes com a realidade da Guerra Fria (CHIAVENATO, 1997, pg. 106).

Com esta experiência ocorrida no início dos anos 70, os brasileiros são levados a acreditar que o verdadeiro inimigo esconde-se no interior da nação. É o “inimigo interno”, isto é, todos aqueles que querem mudar o sistema. Para conter estes inimigos, eles usavam a violência através de torturas, que tomou forma de tortura “científica”. Dan Mitrione foi um dos professores que ensinava os militares e policiais brasileiros as técnicas de torturas norte-americanas. Eles seqüestravam mendigos que serviam de cobaia para ensinar como se dava a processo de tortura aplicado pelos militares.

De abuso cometido pelos interrogadores sobre o preso, a tortura no Brasil passou, com o Regime Militar, à condição de “método científico”, incluído em currículos de formação de militares. O ensino deste método de arrancar confissões e informações não era meramente teórico. Era prático, com pessoas realmente torturadas, servindo de cobaias neste macabro aprendizado. Sabe-se que um dos primeiros a introduzir tal pragmatismo no Brasil, foi o policial norte-americano Dan Mitrione, posteriormente transferido para Montevidéu, onde acabou seqüestrado e morto. Quando instrutor em Belo Horizonte, nos primeiros anos do Regime Militar, ele utilizou mendigos recolhidos nas ruas para adestrar a política local. Seviciados em sala de aula, aqueles pobres homens permitiam que os alunos aprendessem as várias modalidades de criar no preso a suprema contradição entre o corpo e o espírito, atingindo-lhes os pontos vulneráveis (ARNS, 1987, p. 32).

Outro grave problema se refere às vítimas que acabavam sendo mortas durante a tortura. Médicos legistas forneceram laudos falsos que ocultavam as marcas das torturas. Também justificavam as mortes como sendo de causas naturais ou por atropelamentos, suicídios e mortes em tiroteios. Muitos legistas apresentavam os torturados como se estivessem gozando de perfeita saúde. Muitos cadáveres foram sepultados anonimamente, e até hoje familiares não sabem o que aconteceu com os corpos das vítimas. O objetivo desta ocultação era o de evitar que os familiares constatassem as marcas das torturas praticadas.

Os guerrilheiros e revolucionários eram uns dos “inimigos internos” do regime. Entre 1969 e 1974, diversos grupos de esquerda lutavam contra o regime militar:

Embora guardassem diferenças nas suas origens, análises e propostas, a maioria destas organizações nasceu nos anos 60 em meio ao intenso debate político e ideológico que envolveu o campo da esquerda brasileira e cujos

temas centrais foram à atualidade da revolução socialista no Brasil e o papel da luta armada no processo revolucionário (HABERT, 1994, p. 33).

Estes grupos eram: PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária), VRP (Vanguarda Popular Revolucionária), esta última liderada pelo ex-capitão Carlos Lamarca, e a ALN (Ação Libertadora Nacional), que se destacou na guerrilha urbana. “Participaram da luta armada de 5 a 6 mil homens, um contingente insignificante em relação à população brasileira, estimada em 100 milhões de habitantes em 1970” (CHIAVENATO, 1997, p. 117).

Após muita luta e morte com o chamado “combate à subversão” a guerrilha foi vencida. Alguns setores esperavam que os guerrilheiros recebessem uma severa punição. Porém, eles foram condenados a apenas cinco a sete anos de prisão. Isso ocorreu porque o governo Médici não queria alarmar a população. Até hoje, o silêncio sobre estas informações é mantido pelo Exército.

Os atos institucionais foram criados pelo governo para dar caráter de lei e regra à repressão e violência. Com o AI-1, muitos perderam os seus direitos políticos. Em outubro de 1965, surge o AI-2 que deu poder ao executivo para fechar o Congresso quando julgasse necessário. Em fevereiro de 1966, o AI-3 restringiu ainda mais o direito ao voto popular e ampliou o poder repressivo dos militares. E em 1968, o AI-5 surgiu para dar todo o poder que o presidente precisava para aumentar a repressão e tornar impossível qualquer oposição ao governo, e pouco depois fechou o congresso por tempo indeterminado.

5 MÉTODOS DE TORTURA E SEU DESCONTROLE

Para tentar tirar informações e confissões dos presos políticos, os militares usaram vários métodos de tortura. A pesquisa nesta área revela que em vinte anos de ditadura militar foram utilizadas centenas de modos diferentes de tortura:

Pau-de-arara: O preso político era obrigado a sentar, abraçando os joelhos e com os pés e as mãos amarradas. Um cano era introduzido sob os joelhos. Nesta posição, a vítima era pendurada entre dois cavaletes, com cerca de

1,5 metro de altura, e muitas pessoas não conseguem suportar o suplício e chegam até perder a vida.

Choque elétrico: O torturador usa um magneto de telefone, acionado por uma manivela que conforme a velocidade imprimida, fornece uma descarga elétrica de maior ou menor intensidade. Esta corrente é transmitida ao corpo dos presos políticos pelos pólos positivo e negativo. O choque elétrico é dado na cabeça, nos membros superiores e inferiores e também nos órgãos genitais da vítima.

‘Telefone’: O torturador, com as palmas das mãos em posição côncava aplica violento golpe, atingindo ambos os ouvidos da vítima a um só tempo. O impacto é insuportável, em virtude da pressão e sempre há o rompimento do tímpano, fazendo o torturado perder a audição.

‘Afogamento na calda da verdade’: Consiste em afundar a cabeça da vítima em um tambor com água, urina e fezes e outros detritos repugnantes. A cabeça da vítima é mergulhada na ‘calda da verdade’ várias vezes. Depois o preso político é obrigado ficar sem tomar banho por vários dias e o seu cheiro torna-se insuportável.

‘Mamadeira de subversivo’: Consiste em introduzir um gargalo de garrafa, cheia de urina quente, na boca aberta do preso, pendurado em um pau-de-arara. Com o uso de uma estopa os torturadores comprimem a boca do torturado, fazendo-o engolir o excremento.

Balé no pedregulho: A vítima é colocada, descalça e nua, em temperatura abaixo de zero, sob um chuveiro gelado, tendo como piso pedriscos ponte agudos, que chegam a retalhar os pés da vítima. Para amenizar as dores a tendência do preso é bailar sobre os pedriscos e os torturadores ainda fazem uso da palmatória para ferir as partes mais sensíveis do corpo.

Afogamento com capuz: Consiste em afundar a cabeça da vítima, totalmente encapuzada, em córregos de água podre ou tambor d’água poluída. O torturado, desesperadamente, tenta respirar e o capuz molhado se introduz nas narinas, produzindo um mal-estar horrível, levando-o, às vezes, a perder o fôlego.

Massagem: o preso é algemado e encapuzado e o torturador faz uma violenta massagem nos nervos mais sensíveis do corpo, deixando-o totalmente paralisado por alguns minutos. As dores são Horríveis, levando a vítima a um estado de desespero (VIEIRA, 1991, p. 247).

Muitos inocentes foram presos. Estes sofriam mais. Por não ter o que dizer e confessar eram vistos com desconfiança, cada vez as torturas que sofriam se intensificavam. A violência política não foi aplicada somente aos que eram suspeitos de estarem lutando contra o governo. Uma reportagem publicada na *folha de Londrina* em 27 de fevereiro de 1970, trazia informações sobre a denúncia de um inocente que estava sendo torturado em uma delegacia. O caso se deu da seguinte forma: J.C.S, na época com 28 anos, efetuou a compra de um carro pertencente a I.V, de 21 anos, e lhe pagou com um cheque

roubado. J.C.S foi preso e torturado, e sua estratégia diante da tortura foi transformar a vítima em seu cúmplice. Lembrou do nome de I.V e o delatou. Os policiais perseguiram I.V com a alegação de que queriam comprar outro carro seu que estava à venda. Por isso, a família de I.V. não desconfiou de seu desaparecimento. O jovem só não veio a óbito na tortura (sendo que já estava no pau-de-arara), porque um repórter da folha de Londrina que estava na delegacia e ouviu os gritos, comunicou imediatamente o delegado superior e solicitou para intervir em favor do rapaz. Com a reportagem, percebe-se como todos os cidadãos estavam expostos á violência imposta pelos meios de repressão da ditadura militar.

Milhares foram atingidos:

Um balanço ainda precário registra a prisão de 50 mil pessoas. Pelo menos 20 mil sofreram torturas. Além dos 320 militantes da esquerda mortos “desaparecidos”. No fim do governo Geisel existiam cerca de 10 mil exilados. As cassações atingiram 4.682 cidadãos. Foram expulsos das faculdades 243 estudantes (CHIAVENATO, 1997, p. 131).

Neste período de repressão, os estudantes ganharam espaço na cena política e deram contribuições importantes, reivindicando seus direitos e de todos os brasileiros. Em busca de melhores condições de vida, eles se dirigiam para as ruas a fim de realizar protestos para questionar e combater a Ditadura Militar. A violência era descarregada contra este pessoal. Um exemplo desta violência foi o estudante Edison Luiz, morto em uma manifestação em 1968. Os estudantes estavam realizando um protesto contra a alta das refeições no Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Policiais, no entanto, acreditando que aqueles estudantes iriam atacar a Embaixada dos Estados Unidos, invadiram o Restaurante, e o Comandante da tropa da PM, Aloísio Raposo, efetuou disparos contra os estudantes. Com isso, o estudante secundarista Edison Luiz foi morto com um tiro à queima roupa.

6 DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

A carta das Nações Unidas, marca a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), e contem em seu interior a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Foi

redigida no final da Segunda Guerra Mundial e envolveu representantes de 50 países, em um evento denominado de Conferência das Nações Unidas. Este evento aconteceu de 25 de Abril a 26 de Junho de 1945 em São Francisco, e teve por objetivo a Organização Internacional.

No ano de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é assinada por 51 países em Assembléia Geral. Este é o documento básico das nações unidas, no qual 192 países são participantes atualmente, entre estes o Brasil.

A Declaração é o documento que enumera os direitos de todos os seres humanos, como a liberdade de palavra e de crença, a justiça e a paz no mundo. Tem por objetivo promover e estimular o respeito aos Direitos Humanos. No Preâmbulo da Declaração é citado que “[...] os Estados-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades humanas fundamentais e a observância desses direitos e liberdades [...]”. Visto isso, os países aderentes, em especial o Brasil, assinaram que a partir daquela data se comprometeriam em observar e cumprir os trinta artigos, que visam expor os direitos de todos os seres humanos no quesito liberdade e dignidade.

No Artigo XIX é dito que “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. Isso quer dizer que todo ser humano tem direito e liberdade para expressar sua opinião política, inclusive sobre determinadas formas de governo, como a presente no Brasil de 1964 a 1984.

7 CONCLUSÃO

A ditadura militar agia violentamente contra qualquer pessoa que viesse a se manifestar contra o sistema. Os seus métodos eram agressivos, o que levavam os militares a tomarem uma posição totalmente contra a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual o Brasil já era signatário nesta época. Como aparece no Artigo I da Declaração, “todos

os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”.

No processo de tortura e violação da liberdade política foram cometidos muitos assassinatos e humilhações. Atitudes que seguiam contradizendo o Artigo II da Declaração, onde consta que:

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.
2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Os atos praticados pelo governo que levavam à humilhação, também se estenderam a amigos e familiares, que até hoje não sabem o paradeiro dos mortos em tortura e guerrilhas. Situação esta que caminha para o fato de se indagar que, se hoje após todos estes anos de luta da ONU, e com a realidade atual, estas famílias estão tendo respaldo do governo no que diz respeito ao cumprimento destes direitos humanos. É preciso considerar que se trata de um direito para estas famílias ter acesso a informação sobre o que realmente aconteceu naquela época. Quando muitos desapareceram após terem sido capturados pelos militares, deixando seus familiares sem saber o paradeiro o qual tomaram.

Os perseguidos e presos políticos não tinham a quem recorrer judicialmente, já que a violência era imposta pelo próprio Governo brasileiro. Uma violência oficial, por um sistema baseado no autoritarismo, que não tinha limites nas suas ações. O que lhes importava era manter o sistema vigente. Independente da atitude a qual deveriam tomar, usaram de muitos meios e artifícios truculentos, que tratavam a população sem o mínimo respeito aos direitos humanos. “Os homens que compuseram esse aparato repressivo aproveitaram-se da impunidade para torturar, matar e roubar. Vários presos políticos tiveram suas casas saqueadas, seus carros roubados e incorporados à frota do Dops” (CHIAVENATO, 1997, p. 105).

À Declaração dos Direitos Humanos diz em seu Artigo V que “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”. A tortura é um dos crimes mais cruéis que se pode praticar contra a humanidade. No entanto, no regime militar, a tortura foi um dos meios que serviu para o governo alcançar os seus interesses políticos. Durante a tortura, as vítimas atingiam um nível de dor e sofrimento que acabavam admitindo atos e crimes que não cometeram. Muitas das vítimas foram obrigadas a assinar falsas confissões, e foram à imprensa se declarar culpadas e arrependidas. Estas vítimas levantaram determinadas concepções sobre a esquerda revolucionária, que levaram a população a interpretá-las como monstros que queriam destruir a liberdade de todos. Passando assim a identificar no governo o defensor de suas vidas, e no limite até acreditar na retórica de que era defensor dos direitos humanos.

Este foi o nível que a violência militar atingiu: muitos presos, exilados, mortos e desaparecidos. Neste período, o país membro das Nações Unidas, praticou ações cruéis e desumanas que atentavam contra os direitos definidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Conforme o Artigo IX que diz “Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado”.

As pessoas que se manifestavam contra o regime militar e foram perseguidas, tinham por objetivo lutar e reivindicar seus direitos. Eram organizados em grupos populares, movimentos sociais e sociedade civil em geral. Herkenhoff (1997, p. 185), diz que se olharmos para distantes tempos da História, diversos povos anunciaram suas palavras e seus sonhos, para construir e modelar o que chamamos hoje de “Direitos Humanos”. Estes direitos têm que ser transformados em prática, e não permanecerem somente na teoria. O que na época da ditadura não foi seguido se comparado com o conteúdo dos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

REFERÊNCIA

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1987.

CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

HABERT, Nadine. **A década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

HERKENHOFF, João Baptista. **Direitos Humanos: A construção universal de uma utopia**. Aparecida. SP: Editoria Santuário, 1997.

VIEIRA, Ildeu Manso. **Memórias torturadas (e alegres) de um preso político**. Curitiba: SEEC, 1991.